

ENERGIA E INFRAESTRUTURA

STF – Plenário – Pauta: 21.10.2020 – 14h

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 3497

Constitucionalidade do art. 26 da Lei nº 10.684/2003, que definiu e prorrogou o prazo das concessões e permissões para prestação de serviços públicos nas estações aduaneiras e outros terminais alfandegários de uso público, não instalados em área de porto ou aeroporto, precedidos ou não de obras públicas, chamados “portos secos”.

Relator: Ministro Dias Toffoli

TCU – Plenário – Pauta: 21.10.2020 – 14h30

TC 003.238/2020-2

Processo de desestatização para acompanhar concessões de transmissão de energia elétrica, cujo objeto abrange a construção, operação e manutenção de empreendimentos que comporão a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional (SIN), incluindo a gestão socioambiental e fundiária associada, com obras nos estados do Amazonas Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Órgãos/Entidades/Unidades: Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, Empresa de Pesquisa Energética – EPE, Ministério de Minas e Energia – MME e Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

Responsável: Andre Pepitone da Nobrega

Relator: Ministro Benjamin Zymler

TC 027.962/2019-9

Processo administrativo com a consolidação da Fiscalização de Obras de 2020 (Fiscobras 2020).

Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei nº 8.443/1992)

Órgão/Entidade/Unidade: Não há

Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei nº 8.443/1992)

Relator: Ministro Raimundo Carreiro

TC 035.078/2017-0

Monitoramento das determinações proferidas em processo de auditoria no processo de estruturação de grandes empreendimentos hidrelétricos, relativas às deficiências relacionadas ao tratamento das variáveis socioambientais e à análise da adequabilidade dos estudos de viabilidade técnica e econômica (EVTes), realizada pelo Poder Público.

Órgão/Entidade/Unidade: Casa Civil da Presidência da República

Relator: Ministro Raimundo Carreiro

TC 035.374/2020-9

Processo administrativo com proposta de seleção preliminar das obras públicas a serem fiscalizadas pelo Tribunal de Contas da União no âmbito do Fiscobras 2021.

Interessados: Congresso Nacional e Tribunal de Contas da União

Relator: Ministro José Mucio Monteiro